

## Megaeventos esportivos no Brasil: O legado sob o ponto de vista dos gestores públicos

### *Sporting mega events in Brazil: The legacy from the point of view of public managers*

**Ana Paula Cabral Bonin Maoski\***

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

**Fernando Marinho Mezzadri**

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

#### RESUMO

A abordagem dos megaeventos esportivos apresenta-se constantemente relacionada com o tema “legado” que pode ter caráter tangível ou intangível e ser visto sob aspecto social, econômico, cultural ou esportivo. Contudo, constantemente a temática sobre legados aparece enaltecendo os aspectos positivos oriundos da realização de megaeventos esportivos como forma de justificar os dispêndios necessários para a realização de eventos de tamanha magnitude. Sendo assim, o objetivo deste estudo é descrever o ponto de vista de representantes da gestão pública do esporte de rendimento de diferentes entes federativos acerca das possibilidades de legado dos megaeventos esportivos realizados no Brasil e problematizar sobre as razões que elevam ou impedem o país de ser considerado uma potência esportiva. Com tal intento, esse artigo caracteriza-se, sob o ponto de vista metodológico, como uma pesquisa qualitativa; além disso, foram realizadas entrevistas com os representantes da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), da Secretaria do Esporte e Turismo do Estado do Paraná (SEET) e da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ). Os resultados apontaram para um discurso pautado na existência de um legado esportivo oriundo, principalmente, das mudanças de infraestrutura e mobilidade urbana realizadas nas cidades bem como para uma discussão acerca do verdadeiro sentido da denominação “potência esportiva”: enquanto sinônimo do número de medalhas conquistadas em eventos esportivos ou como propagação da cultura esportiva e da atividade física no contexto da polissemia do esporte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Megaeventos esportivos; Legados; Gestão Pública.

#### ABSTRACT

*The approach of sporting mega events is constantly related to the theme "legacy" that can have tangible or intangible character and be seen in social, economic, cultural or sports aspect. However, constantly the theme of legacies highlights the positive aspects of sporting mega events as a way of justification the expenditures necessary to execute events of great magnitude. Therefore, the objective of this work is to describe the point of view of representatives of the public management of the performance sport of different federative entities about the possibilities of legacy of the sporting mega events held in Brazil and to question about the reasons that elevate or impede the country from being considered a Sport power. With this intent, this article is characterized, from the methodological point of view, as a qualitative research; furthermore, interviews have been conducted with sports directors from the National Secretariat of performance Sport (SNEAR), the Secretariat of Sport and Tourism of the state of Paraná (SEET) and the Municipal Secretary of Sports, Leisure and Youth (SMELJ). The results point to a discourse based on the existence of a sports legacy derived mainly from the changes in urban infrastructure and mobility carried out in the cities as well as the discussion about the true meaning of the term "sports power": as a synonym for the number of medals won in sporting events or the propagation of sports culture and physical activity in the context of sports polysemy.*

**KEYWORDS:** *Sporting mega events; Legacies; Public Management.*

**Submetido em:** 11-11-2016

**Aprovado em:** 10-02-2017

**\*Ana Paula Cabral Bonin Maoski**

Doutorada em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS). Integrante do Núcleo de Estudos sobre Políticas Públicas para o Esporte (UFPR) e do Projeto Inteligência Esportiva vinculado ao Ministério do Esporte. Professora Adjunta da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). (CEP 81310-900, Curitiba, PR, Brasil). E-mail: bonin.anapaula@gmail.com Endereço: Rua Pedro Gusso, 2601, 81310-900, Neoville, Curitiba, PR, Brasil.

**Fernando Marinho Mezzadri**

Doutorado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Vice-diretor do Setor de Ciências Biológicas. Professor associado da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador nas áreas de políticas públicas para o esporte. Coordenador do projeto Inteligência Esportiva em parceria com o Ministério do Esporte. Representante do Brasil na pesquisa sobre o antidoping, desenvolvida pela UNESCO. E-mail: fmezzadri@uol.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

O esporte brasileiro encontra-se substancialmente inserido na agenda política, no discurso midiático e nas ações públicas esportivas (Corrêa, Moraes e Silva, Mezzadri, & Cavichioli, 2014; Dias et al., 2016; Maoski, 2016). Destaca-se, porém, a notoriedade do esporte de rendimento na centralidade das ações públicas e do interesse privado, haja visto o retorno financeiro obtido por meio das parcerias estabelecidas no que tange, principalmente, o marketing esportivo. A justificativa pela prevalência da dimensão esportiva de rendimento se legitimou desde o processo de candidatura do país como sede de megaeventos esportivos, sob a perspectiva do positivo legado oriundo da concretização do país, enquanto anfitrião da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

O esporte de rendimento, seja em sua dimensão de especialização esportiva ou na fase de espetacularização é a vertente esportiva com o maior número de investimentos públicos e privados, bem como a preponderante em termos de políticas públicas, principalmente, no âmbito federal. Dentre as ações promovidas e desenvolvidas em prol dessa dimensão, cabe destacar a Bolsa Atleta e o Plano Brasil Medalhas, tendo em vista que são as que têm maior financiamento enquanto propostas do Ministério do Esporte (Figuerôa, Sevegnani, Mezzadri, & Moraes e Silva, 2014; Mazzei, Bastos, Böhme, & De Bosscher, 2014; Moraes e Silva, Mezzadri, Santos, Camargo, & Figuerôa, 2015).

A Bolsa Atleta é uma ação do governo federal instituída no ano de 2004 pela Lei n. 10.891 (regulamentada pelo Decreto n. 5.342/2005 e alterada pela Lei nº 11.096/2005) e gerenciada pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR). Seu objetivo é auxiliar, por meio de um repasse mensal fixo, o desenvolvimento e a preparação de atletas de alto rendimento, cada qual na categoria de bolsa estabelecido pelo programa.

De acordo com o art. 1º da lei que instituiu a Bolsa Atleta, foram criadas as seguintes categorias:

- Categoria atleta estudantil, destinada aos estudantes que participam com destaque dos Jogos Escolares e Universitários Brasileiros;
- Categoria atleta nacional, relativa aos atletas que participam de competição esportiva em âmbito nacional;
- Categoria atleta internacional, relativa aos atletas que participam de competição esportiva no exterior;
- Categoria atleta Olímpico e Paralímpico, relativa aos atletas que participam de Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

De maneira semelhante, porém, com prazo de validade, o Plano Brasil Medalhas (PBM) foi lançado em 2012, poucos meses após o término dos Jogos Olímpicos de Londres e, desde sua formulação, tinha como principal objetivo, conquistar a 10ª posição no *ranking* de medalhas em 2016 nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro e a 5ª posição nos Jogos Paralímpicos do mesmo ano (Brasil, 2016).

A fim de alcançar esse objetivo, foi dispensado um investimento considerável ao esporte brasileiro. Especificamente direcionado à concretização do PBM previu-se um gasto de R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 690 milhões destinados ao apoio às seleções, contratação de técnicos e equipes multidisciplinares, compra de equipamentos e materiais e viagens para treinamentos e competições; os outros R\$ 310 milhões foram utilizados em construção, reforma e equipagem de centros de treinamento de várias modalidades e complexos multiesportivos (Brasil, 2015).

Com relação ao apoio ao atleta destacam-se algumas ações e as formas de incentivo a cada uma delas:

- Bolsa pódio (até R\$ 15 mil/mês);
- Bolsa técnico (até R\$ 10 mil/mês);
- Equipe multidisciplinar (até R\$ 5 mil por profissional/mês);

- Equipamento e material esportivo (até R\$ 20 mil/atleta);
- Apoio a treinamento no Brasil e no exterior e participação em competições (custeio de diárias e passagens).

Além disso, com relação aos R\$ 310 milhões destinados à construção e reforma de centros de treinamento e complexo multiesportivos, o PBM prevê apoio à construção, reforma e operação de 22 centros de treinamento, sendo 21 centros Olímpicos e 1 centro Paralímpico. A seleção desses centros abrange as entidades responsáveis pelo desenvolvimento do esporte de alto rendimento correspondente às confederações nacionais, clubes, estados e municípios. Nesse montante está prevista a aquisição de equipamentos esportivos para compor os respectivos centros de treinamento.

A perspectiva relacionada à promoção e desenvolvimento do esporte de rendimento remete e coincide com a escolha do país como sede de megaeventos esportivos (Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016) que, de acordo com Roche (2000) são eventos de larga escala cultural com grande apelo popular e significância internacional, organizados por combinações variáveis de governos nacionais e importantes elementos nas versões “oficiais” da cultura pública. Da mesma forma, DaCosta e Miragaya (2008, p. 36) revelam que os megaeventos podem ser definidos pelo número de participantes ou pelo “processo”, o que para eles significa: “curta duração, porém de preparação longa e, por vezes, intermitente, sempre operando em escala de milhões de participantes”. A partir de tais conceitos credita-se a esses eventos seu caráter exploratório sob o ponto de vista comercial, de grande apelo midiático, com atletas, em sua maioria, profissionais e em cidades que desejam explorar os aspectos positivos oriundos desses eventos a curto, médio e longo prazo. De maneira complementar os megaeventos representam grandiosidade em termos de público, mercado-alvo, nível de envolvimento financeiro do setor público, efeitos políticos, extensão de cobertura televisiva, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da sociedade anfitriã (Hall, 2006, p. 59). Tão importante quanto as demais, encontra-se a definição proposta por Souza e Marchi (2010) que entendem por megaeventos esportivos:

A conjuntura material e simbólica, o que inclui a mobilização de muitos agentes e estruturas dos mais distintos campos sociais (esportivo, econômico, político, midiático etc.), constituída em torno do esporte fazendo do mesmo tanto um meio quanto um fim para reunir adeptos e consumidores em escala global e de modo a romper com as fronteiras culturais e econômicas que se impõe em termos de nação, região e grupos, ou no mínimo, imprimir novos sentidos e dinamismos às mesmas. (Souza & Marchi, 2010, p. 246)

Com esse cenário pautado na espetacularização encontra-se, substancialmente inserido, o conceito de legado que, via de regra, caracteriza-se como uma tentativa de medir o efeito olímpico positivo em diversas áreas sociais, sendo assim, cabe observar o conceito proposto por Poynter (2006) que trata da diferenciação de legado em duas categorias: tangíveis e intangíveis, na qual o primeiro pode ser caracterizado pela infraestrutura construída em decorrência da necessidade de uma sede para esse megaevento e que, poderá mais tarde, atrair indivíduos/empresas devido ao seu custo-benefício; o segundo, por sua vez, pauta-se em elementos cuja mensuração exata torna-se difícil haja vista que seus efeitos atingem aspectos socioculturais da cidade, do país-sede e seus habitantes.

Mais especificamente, Raeder (2007, p. 206) relata que legado pode ser descrito como:

O conjunto de bens materiais e imateriais que se conformam como permanências socioespaciais no tecido urbano decorrentes das ações empreendidas por conta da implementação de um megaevento. São considerados bens materiais que constituem o legado: as instalações esportivas, as estruturas de transporte, a vila dos atletas, e tanto os demais elementos (de lazer, de turismo, de comunicação, de segurança etc.) que tenham sido incorporados à paisagem da cidade-sede, como os recursos financeiros auferidos com o aumento da circulação de capital ocorrido a partir

do encerramento do evento. E, por bens imateriais, deve-se considerar: a capacitação técnica dos profissionais envolvidos na organização do evento, o estímulo à prática esportiva, a produção de conhecimentos associados direta ou indiretamente à implementação do evento, as mudanças na imagem urbana a partir da publicidade realizada (capital simbólico), as alterações na percepção dos cidadãos sobre a própria cidade, o fortalecimento de redes da sociedade civil, a conformação de identidades territoriais etc.

Observa-se, a partir da citação de Raeder (2007), a possibilidade de assumir as características da tangencialidade refletindo acerca das diversas nuances do que popularmente se caracteriza como “palpável” ou não. É possível, portanto, quantificar e qualificar o legado de qualquer área social seja como forma de apresentação de um *feedback* para o país/cidade-sede bem como uma oportunidade de legitimidade ao processo de candidatura das cidades postulantes a sedes. De acordo com o mesmo autor:

A quantificação pode ser realizada a partir da análise de orçamentos públicos e privados, bem como da variação dos índices que medem o desempenho da economia local. Numa complexidade mais elevada, a quantificação também poderia revelar os grupos urbanos mais beneficiados pelos Jogos, o que exigiria maior empenho dos atores envolvidos em se conferir maior transparência ao orçamento público. Já a qualificação pode ser mensurada, em alguma medida, a partir da realização de pesquisas junto à população da cidade-sede, sendo tal medida normalmente ignorada pelos organizadores do evento, seja pelos custos envolvidos seja pela visão predominante de que, uma vez encerrado o evento, “a missão está cumprida”. (Raeder, 2008, p. 206)

Essa temática é abordada também por Villano, Silva, Rizzuti, & DaCosta (2008) que destacam as diferentes possibilidades de legados advindos da realização dos megaeventos esportivos no Brasil, são eles:

- Legados do evento em si;
- Legados da candidatura do evento;
- Legados da imagem do Brasil;
- Legados de governança;
- Legados de conhecimento.

Cabe salientar, porém que, corroborando com Tavares (2011) que, muito embora a temática seja trabalhada sob diversas perspectivas conceituais, são poucas as que consideram os aspectos negativos/problemáticos na realização de megaeventos esportivos, à exceção de Souza e Marchi (2010) que potencializam reais reflexões sobre o conceito de legado esportivo.

Atrelado à perspectiva do esporte de rendimento está o entendimento do termo “potência esportiva” à medida que, em se tratando de Jogos Olímpicos, países com bons resultados esportivos e que conquistam um número expressivo de medalhas são considerados como reais potências (Mazzei, Bastos, Ferreira, & Böhme, 2012; Reis, Moraes e Silva, Figuerôa, Almeida, & Mezzadri, 2015; Maoski, 2016). Inevitavelmente a temática potência esportiva está atrelada ao esporte de alto rendimento, contudo, grande parte das publicações sobre essa temática reincide no financiamento destinado a essa dimensão esportiva e os procedimentos adotados por diversos países para maior conquista de medalhas nas edições olímpicas, especialmente em: Austrália, China, Reino Unido, Brasil (Green & Oakley, 2001; Green & Houlihan, 2005; De Bosscher, Bingham, Shibli, Bottenburg, & Knop, 2008; Madruga, 2008; Raeder, 2008; Mataruna, 2008; Böhlke & Robinson, 2009; Hoyer & Nicholson, 2009; Santos, DaCosta, & Silva, 2012).

O termo contudo apresenta-se polêmico tendo em vista as interpretações variadas de pesquisadores e gestores esportivos quanto ao verdadeiro sentido atribuído a “potência”, pois, dependendo da visão

particular e/ou institucional, potência esportiva pode ser caracterizada enquanto sinônimo de número de medalhas como também pode retratar os países que internalizaram a cultura da prática da atividade física em seu dia a dia, ou seja, um país permeado pela cultura esportiva, em diferentes modalidades esportivas, vivenciado a partir do entendimento da polissemia do esporte<sup>1</sup>.

Cabe, portanto, salientar que, na literatura, não foi encontrada uma definição “fechada” para “potência esportiva”, mas lhe foram atribuídas relações, principalmente sob o ponto de vista do financiamento e das ações públicas específicas de cada país, para promoção do esporte de rendimento e sua posterior conquista de medalhas em competições internacionais e, sobretudo, nas edições olímpicas.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é descrever o ponto de vista de representantes da Gestão Pública do Esporte de Rendimento de diferentes entes federativos acerca das possibilidades de legado dos megaeventos esportivos realizados no Brasil e problematizar sobre as razões que elevam ou impedem o país de ser considerado uma potência esportiva.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo se define como uma pesquisa de natureza qualitativa que procura abordar a complexidade do assunto, estabelecendo como pontos de análise, aspectos que permitem constituir um esboço acerca dos fenômenos que perpassam as temáticas políticas públicas, megaeventos esportivos e esporte de rendimento. A escolha da metodologia qualitativa justifica-se pela prioridade de uma abordagem mais interpretativa dos dados obtidos em detrimento da coleta de dados quantitativamente analisáveis. O caráter interpretativo se ajusta ao contexto da pesquisa, à medida que é utilizado tanto na análise dos documentos selecionados como na análise das entrevistas concedidas pelos gestores esportivos dos diferentes entes federativos pesquisados; caráter esse baseado na análise de conteúdo proposta por Bardin (2009).

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada para entender a estrutura e o funcionamento dos entes federativos que promovem ações, programas e projetos voltados ao esporte de rendimento no Brasil, no Estado do Paraná e no Município de Curitiba. Além disso, a entrevista apresentou-se como o melhor meio para conhecer a percepção dos entrevistados no que tange a sua vivência dentro das estruturas da gestão pública. Optou-se pela escolha dos diretores de esporte da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), da Secretaria do Esporte e Turismo do Estado do Paraná (SEET) e da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ), por considerar que esses indivíduos estão diretamente envolvidos com as ações públicas de promoção e desenvolvimento do esporte de rendimento, além de objetivar isentar o estudo do caráter político partidário que poderia estar presente no discurso de outros indivíduos presentes na secretaria, principalmente em cargos marcados pela transitoriedade. Contudo, devido ao pedido da própria SMELJ, seu secretário participou da pesquisa, tendo em vista seu envolvimento com a área esportiva e sua preocupação com a criação de um sistema municipal de esporte. Sendo assim, essa pesquisa contou com a participação de quatro diretores de esporte: um da SNEAR (Sujeito A), um da SEET (Sujeito B) e outro da SMELJ (Sujeito C); além do secretário de esportes da SMELJ (Sujeito D). Por se tratar de uma pesquisa relacionada à tese da autora deste estudo, cabe salientar que, especificamente, este artigo estruturou-se a partir do questionamento acerca do legado esportivo oriundo dos megaeventos Copa do Mundo Fifa 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016<sup>2</sup>.

As quatro entrevistas foram realizadas pela autora deste artigo. Quando somadas, tiveram uma duração de aproximadamente 2 horas e 45 minutos e foram transcritas *ipsis literis*, contudo, assumiu-se a necessidade de enquadrá-la à linguagem escrita e, para isso, foram realizados ajustes textuais que não influenciaram no teor e conteúdo das respostas dos entrevistados. Com relação a esse

<sup>1</sup> É possível compreender o esporte pelo prisma da polissemia cujo intento possibilita a visualização de um conceito sob perspectiva maior e de múltiplos sentidos, significados, contextos e dimensões (Marchi, 2014).

<sup>2</sup> Importante mencionar que as entrevistas foram realizadas em outubro de 2015 e os Jogos Olímpicos aconteceram em agosto de 2016, portanto, quando expostos os discursos dos entrevistados cabe entender o contexto temporal de suas falas.

enquadramento, Meihy (1994, p. 1) destaca que “a consciência de que a palavra oral estabelece a de um código – o da fala – que, ao se transformar em documento fatalmente exige a passagem para outro estado – a escrita – não é muitas vezes assumida”. Com o propósito de autenticar a fidedignidade da transcrição das entrevistas, foi realizada a “conferência de fidelidade” que consiste em “ouvir novamente toda a entrevista e conferir se o que foi transcrito corresponde efetivamente ao que foi gravado, corrigindo erros, omissões e acréscimos indevidos feitos pelo transcritor” (Alberti, 2008, p. 180). As perguntas que compuseram o esboço da entrevista semiestruturada foram específicas para cada indivíduo entrevistado, porém, devido a necessária compreensão das políticas públicas promovidas pelos diferentes extratos governamentais, foram estruturadas perguntas semelhantes a fim de analisar a existência ou não de articulação entre os entes federativos. Algumas das questões comuns a todos os entrevistados foram: O que você considera enquanto esporte de rendimento? De que maneira você avalia a política pública para o esporte de rendimento no Brasil? Qual é a sua expectativa para os Jogos Olímpicos 2016? O investimento feito nos programas e projetos para o esporte de rendimento será convertido em sucesso? Na sua opinião, haverá legado esportivo após os Jogos Olímpicos 2016?

Tendo em vista a quantidade de dados obtidos por meio das entrevistas foi realizada uma leitura minuciosa para extrair o conteúdo necessário para construção deste artigo. Concepção de esporte de rendimento, políticas públicas para promoção dessa dimensão esportiva, articulação entre os entes federativos para promoção do esporte de rendimento, expectativas com relação aos Jogos Olímpicos Rio 2016 e concepção de legado esportivo foram as vertentes que nortearam essa análise, contudo, um posterior agrupamento deu-se pela eleição de três categorias mais amplas: esporte de rendimento, políticas públicas e legado esportivo que acabaram por englobar as demais anteriormente citadas e, sequencialmente, discutidas à luz do referencial teórico construído.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apontaram para a predominância de um discurso de legado positivo entre os gestores públicos entrevistados, considerando-se que, três deles, acreditam que é possível associar os megaeventos esportivos realizados no Brasil a uma perspectiva longitudinal e de perenidade no que se refere a análise dos efeitos benéficos da realização desses eventos no país, partindo do pressuposto de que essas ações positivas referem-se, não somente ao país-sede, mas desdobram-se em aspectos tangíveis no Estado do Paraná e no Município de Curitiba

O Sujeito D afirma que, embora o legado seja evidente, ele é/será desproporcional ao investimento realizado para concretização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. A evidência apontada pelo entrevistado reside no fato de que a Copa do Mundo de 2014, e que teve como uma de suas sedes a capital paranaense, apresentou legados de infraestrutura e mobilidade urbana, além da reforma do estádio do Clube Atlético Paranaense, a Arena da Baixada, que sediou quatro jogos do campeonato mundial. É viável destacar, contudo que, na opinião do entrevistado destacam-se os “legados” para a cidade e não necessariamente para o esporte, pois a construção e reforma do próprio estádio gera um legado esportivo para fins de seus próprios consumidores esportivos. Ressalta-se que, o potencial construtivo de construção do estádio, previa uma contrapartida social esportiva como forma de justificar os empréstimos financeiros oriundos do Estado do Paraná. De acordo com a Lei n. 13.620/2010 que institui o potencial construtivo relativo ao Estádio Joaquim Américo Guimarães em seu art. 7º relata que “cabará ao Clube Atlético Paranaense, beneficiário da concessão dos créditos do potencial construtivo, a devida e proporcional compensação e contrapartidas sociais ao Município de Curitiba”. É sabido, porém que, até esse momento, tal retorno não se concretizou.

Em afirmativa à pergunta principal sobre a existência de um legado esportivo para o Brasil, o representante da SNEAR, Sujeito A, afirmou que:

[...] vai haver um legado, eu não tenho a menor dúvida, acho que vai ser um momento muito importante, acho que muita coisa no esporte mudou por causa disso; se você pensar em normas

de gestão, normas das entidades que mexem com o esporte de rendimento, tudo que aconteceu aí, tudo que ajudou, o investimento. Eu acho assim...isso vai mudar esse setor, entendeu? Mas é isso que eu estou dizendo: infelizmente como consequência! Tudo isso vai acontecer, mas não porque foi planejado, algumas coisas sim, mas grande parte delas não foi planejada [...]. (Maoski 2016, p. 391-392)

O Sujeito A relatou ainda que os legados podem ser visualizados em diversas esferas sociais como infraestrutura, mobilização midiática, seminários, feiras e discussões com a temática esportiva, porém, lamentou que todas essas situações seriam consequência dos megaeventos realizados no Brasil e não o esporte como sendo a verdadeira “causa” de todas essas mudanças.

Em vertente única e oposta, o representante do Estado do Paraná, Sujeito B, relatou não acreditar em um legado oriundo dos megaeventos esportivos realizados no país, tendo em vista, principalmente, o número de medalhas. O entrevistado acreditava que seria um evento bonito, com uma infraestrutura urbana modificada para receber os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, mas em relação aos resultados esportivos ele não tinha boa expectativa. De acordo com o entrevistado “o legado vai ser entender que a gente precisa mudar totalmente a forma de fazer esporte neste país”.

A partir dos trechos retirados das entrevistas é possível afirmar que os participantes entendem o legado a partir do que Poynter (2006) caracteriza como “tangível”, ou seja, aquilo que é possível quantificar e visualizar tal como a construção dos espaços destinados à prática esportiva, por exemplo. Além disso, os discursos dos entrevistados incidem sobre o que Raeder (2008) observa vinculado ao orçamento destinado à realização do evento, ou seja, o investimento feito parece “justificar” a realização do mesmo, o que de certa maneira apresenta-se como contraditório no discurso do Sujeito D, ao relatar que o investimento foi feito de maneira errônea, tendo em vista que o objetivo do evento e do país não deveria ser de conquistar um grande número de medalhas nessa edição olímpica.

Ao retomar às possibilidades de legado descritas por Villano et al. (2008) observa-se que elas corroboram com o posicionamento dos entrevistados bem como com o material que serviu de base documental para a construção da pesquisa. A primeira caracterização dos autores diz respeito ao “legado do evento em si” que engloba as construções esportivas, a infraestrutura da cidade, os equipamentos esportivos, a ampliação das oportunidades de emprego temporário ou permanente, a realização de outros eventos e, por fim, a procura pela prática de atividade física pela população como um todo. Foi unânime entre os entrevistados a indagação da infraestrutura esportiva como um legado esportivo positivo oriundo do evento bem como foi citada a importante mudança no quesito mobilidade urbana que causa um impacto a curto, médio e longo prazo na vida da população. Os Sujeitos C e D consideraram a prática de atividade física pela população como um dos principais legados dos Jogos Rio 2016, contudo, suas expectativas pareciam frustradas à medida que a intencionalidade de legado dos órgãos responsáveis pela realização do evento estava voltada à conquista de um maior número de medalhas e, conseqüentemente, melhor posicionamento no *ranking* geral dos países participantes. Os legados de candidatura do evento, outra especificação de Villano et al. (2008), não foram citados pelos entrevistados e, tampouco, foram predominantes no material analisado, contudo é inevitável observar que o processo de candidatura de uma cidade-sede à edição olímpica exige estudo e construção de material capaz de surpreender positivamente o Comitê Olímpico Internacional (ver no caso brasileiro, a divulgação dos livros Cadernos de Legado Rio 2016 constituídos em três volumes (Caderno de Legado Urbano e Ambiental, Caderno de Legado Social e Caderno Brasil), produzidos pelo Ministério do Esporte a fim de incrementar as ações relativas ao próprio ministério bem como confirmar a importância da realização dos Jogos, destacando o fato de sua primeira realização na América do Sul.

A terceira categorização proposta por Villano et al. (2008) remete ao legado de imagem do Brasil composto pela projeção da imagem do país, da cidade-sede, da projeção de oportunidades econômicas e do nacionalismo advindo da recepção do evento. Esses itens, assim como o anterior, foram visualizados apenas no material do Ministério do Esporte “Cadernos de legados”, não aparecendo, porém, no discurso de nenhum dos entrevistados. Os legados de governança referentes a cooperação

entre órgãos administrativos, parceria público-privada e liderança do poder público local apresentase de maneira contemplativa e positiva nas proposições da Lei n. 12.396, de 21 de março de 2011, que ratifica o protocolo de intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro com a finalidade de constituir consórcio público denominado Autoridade Pública Olímpica (Brasil, 2011). Os aspectos associáveis à governança dos discursos dos entrevistados apontam para uma insatisfação, principalmente, dos Sujeitos B, C e D no que tange à administração do Ministério do Esporte em relação à importância que este deposita no Comitê Olímpico Brasileiro em relação, principalmente, à proposição de políticas públicas para o esporte de rendimento. Por fim, a última caracterização “legado de conhecimento” não foi predominante nos discursos dos entrevistados, apenas o Sujeito A salientou a importância que o esporte adquiriu com a realização dos megaeventos no Brasil por estar presente em feiras, congressos e ser temática preponderante nos discursos acadêmicos, midiáticos e políticos, contudo é possível corroborar com os autores tendo em vista que é inegável o aporte de conhecimento produzido, obtido e aglutinado a partir do momento que o país e as cidades passam a ser sede de eventos de tamanha magnitude, conhecimentos esses nas áreas de esporte, economia, transporte, comunicação e infraestrutura, por exemplo.

### 3.1 LIMITAÇÕES ENTRE LEGADO E POTÊNCIA ESPORTIVA

Em um estudo mais amplo, porém menos detalhado que esse com relação à temática de legado esportivo, Maoski (2016) relata que o diretor de esportes da SMELJ, Sujeito C, levantou o questionamento acerca do entendimento das intencionalidades do país e das instituições que organizam os megaeventos nos diferentes entes federativos com relação à temática à medida que, segundo ele, “deve-se relativizar a importância dada ao número de medalhas em detrimento da consciência da atividade física da população”. O Sujeito C afirma que “o maior número de medalhas talvez não fosse a melhor maneira de quantificar esse legado esportivo” (Maoski, 2016, p. 390). Concernente a esse posicionamento, o Sujeito D, também caracteriza que o legado esportivo não deveria ser sinônimo de número de medalhas. Segundo ele:

A partir do momento que o COB “joga” com o objetivo do processo olímpico transformar o Brasil numa potência olímpica e interpretar que uma potência olímpica é quantidade de medalhas, a gente pode ter três vezes mais medalhas do que Cuba nessa Olimpíada e nós não vamos ser uma potência maior do que Cuba e digo mais, nós não vamos ser uma potência maior que a Colômbia porquê? Porque os objetivos estão distorcidos! Então, a partir do momento que você gera um objetivo “quantidade de medalhas” todas as políticas que você trabalha são em função de realizar esse objetivo. O objetivo está errado, as políticas todas estão erradas. Então vai haver um legado, não tenho dúvida que vai haver um legado, mas vai haver uma desproporção muito grande entre o volume de dinheiro que foi gasto e o tamanho do legado que foi deixado. (Maoski 2016, p. 391)

Ressalta-se ainda que o governo brasileiro segue a mesma lógica de valorização do *status* de potência esportiva, à medida que estabelece enquanto meta para os Jogos do Rio “classificar o Brasil entre os dez primeiros do quadro geral de medalhas nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos. Para os próximos ciclos, o objetivo é manter o país entre as potências esportivas (Brasil, 2016). Sobre isso, o Sujeito D discorre ainda sob a perspectiva dos “erros de origem” que consistem na importância dada ao Comitê Olímpico Brasileiro na condução das políticas públicas esportivas de rendimento bem como na proposição dos objetivos dos Jogos Olímpicos Rio 2016 que seriam, dentre outros, a conquista de grande número de medalhas para firmar o país como uma potência esportiva. De maneira complementar, o Plano Brasil Medalhas é concordante com as proposições do COB ao destinar grande parte de recursos ao esporte de rendimento assim como esse é o discurso da SNEAR que, em 2009, já estabelecia enquanto missão:

Trabalhar nas políticas, meios e ações para desenvolver o esporte de rendimento, de forma a elevar o Brasil à condição de potência esportiva, reconhecida mundialmente, bem como estimular a realização regular de competições e a prática esportiva em todos os níveis. (Brasil, 2009, p. 2)

Maoski (2016) revela que, desde 2009, a ideia de “potência esportiva” passou a estar presente no discurso dos gestores públicos esportivos, cujo objetivo transcende conquistar determinado número de medalhas, mas também manter esse número elevado, aspecto visualizado, por exemplo, na visão estabelecida pelo Comitê Olímpico Brasileiro: “Tornar o Brasil uma Potência Olímpica nos Jogos Rio 2016 e mantê-lo nesse patamar” (COB, 2016). O Sujeito D revela também que, a escolha do presidente do Comitê Olímpico Brasileiro para ocupar o cargo de Autoridade Olímpica Nacional por meio do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, revela a importância dessa instituição no cenário esportivo nacional e, a partir desse fato, compreende-se a prerrogativa dos objetivos relacionados ao número de medalhas nos jogos ocorridos no país-sede da 31ª edição olímpica.

Ainda conforme o Sujeito D, este revela que há de se considerar a inconsistência em tratar como sinônimos as expressões “potência esportiva” e “medalhas” tendo em vista que, segundo ele, não é somente o número de medalhas conquistadas em uma edição olímpica que revelam se o país é uma potência esportiva ou não. O discurso do entrevistado remete também às intencionalidades da própria secretaria municipal que visualiza na atividade física a responsabilidade de uma secretaria municipal e não o esporte de rendimento. O posicionamento do Sujeito D destoa do que a literatura apresenta como potência esportiva à medida que, grande parte dos autores a utiliza sob cunho esportivo-social, como sinônimo de medalhas conquistadas por atletas de alto nível em competições internacionais e, principalmente, olímpicas (Green & Houlihan, 2005; De Bosscher et al., 2008; Madruga, 2008; Raeder, 2008; Mataruna, 2008; Santos et al., 2012). Neste sentido, a partir principalmente das falas dos entrevistados, foi possível problematizar acerca das razões que elevam ou impedem o Brasil de ser considerado uma potência esportiva prevendo, porém limitações na associação entre legado e potência esportiva. É inegável que o investimento público-privado para realização da Copa do Mundo Fifa 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016 no Brasil contribuiu na tentativa de elevar o país a uma potência esportiva bem como a importância que o esporte passou a adquirir nos cenários: político, econômico, social e cultural, contudo, apenas investimento e visibilidade não elevam o país ao *status quo* de “potência”. A falta de planejamento e investimento a longo prazo, a falta de políticas de Estado para o esporte, a deficiência no sistema de detecção de talentos e a inexistente articulação entre os entes federativos que promovem o esporte de rendimento no país são alguns dos aspectos que impedem o Brasil de ser considerado uma potência esportiva, seja no âmbito da representatividade do país no cenário competitivo internacional e, conseqüentemente, na conquista de medalhas ou na internalização da prática esportiva enquanto elemento estruturador na vida da população brasileira.

#### 4 CONCLUSÕES

Ao buscar compreender a visão dos gestores públicos dos entes federativos pesquisados sobre a questão do legado esportivo oriundo dos megaeventos esportivos realizados no Brasil, foi preponderante, mas não unânime, a visão positiva com relação a existência desse legado, afirmando que este seria visualizado nas modificações estruturais e urbanas das cidades-sede, na construção das instalações esportivas e no aumento do número de eventos relacionados à área esportiva.

A temática relacionada aos legados evidencia-se paulatinamente a julgar pelo histórico brasileiro não favorável no que tange, principalmente, as obras edificadas nos Jogos Pan e Parapan-Americanos de 2007 e alguns estádios construídos para a Copa de 2014, em regiões com poucos clubes de expressão nacional no cenário futebolístico, tampouco um contingente populacional sustentado por projetos e ações que justificam os gastos anuais milionários para manutenção dessas arenas multiuso. Contudo, visualiza-se uma tentativa de justificativa da realização de megaeventos esportivos em um país/cidade-sede em virtude dos inúmeros legados deles oriundos, sendo a transformação do país em uma potência esportiva uma dessas justificativas utilizadas no caso brasileiro.

Evidenciou-se, porém, que o conceito de potência esportiva se baseia em uma perspectiva pessoal/institucional que alcança diferentes interpretações e que, no caso brasileiro, muito embora ainda não se possam apontar os legados dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 devido ao curto período de tempo subsequente aos Jogos, não atingiu a meta proposta pelo Ministério do Esporte e Comitê Olímpico Brasileiro de alcançar a décima posição no quadro de medalhas geral da Rio 2016.

Finalmente, recorda-se da necessária investidura de tempo, recursos e, principalmente, visão do esporte enquanto uma questão de Estado para que a perenidade típica de seus programas e projetos refletida no Plano Brasil Medalhas que acaba em 2016, por exemplo, possa ser ultrapassada por políticas de caráter atemporal que creditem ao eventos realizados no país, o verdadeiro sentido atribuído às características de legado e que assim, o esporte torne-se cada vez mais causa de ações políticas e sociais e não somente consequência.

Como limitações do artigo pode-se considerar o aspecto territorial, pois este artigo teve como participantes, gestores específicos, sendo assim, os apontamentos aqui feitos não representam a totalidade brasileira sendo válidos, portanto, estudos cuja abrangência se estenda aos demais municípios do Estado do Paraná e demais estados brasileiros. Considerando-se o período recente posterior à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 ainda não foi possível analisar os legados na cidade do Rio de Janeiro, mas serão interessantes estudos que possam avaliar se as intencionalidades do Rio, desde o processo de candidatura à sede passando pela construção do Caderno de Legados até a fase de realização dos Jogos, foram cumpridas a contento e utilizando os recursos previamente definidos no planejamento a fim de estruturar uma análise voltada aos aspectos administrativos-esportivos.

## REFERÊNCIAS

- Alberti, V. (2008). Histórias dentro da história. In C. Pinsky (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal. 70.
- Böhlke, N., & Robinson, L. (2009). Benchmarking of elite sport systems. *Management Decisions*, 47(1), 67-84.
- Brasil. (2009). *Caderno de Legados*. Recuperado de <http://www.esporte.gov.br/arquivos/rio2016/cadernoLegadosSocial.pdf>
- Brasil. (2011). Lei n. 12.396, de 21 de março de 2011. Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília DF, 21 mar. 2011d. Recuperado de <http://www.planalto.gov.br>
- Brasil. (2015). *Ministério do Esporte*. Recuperado de <http://www.esporte.gov.br>
- Brasil. (2016). *Metas do Plano Brasil Medalhas*. Recuperado de <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/alto-rendimento/plano-brasil-medalhas>
- COB. (2016). *Normativas do Comitê Olímpico Brasileiro*. Recuperado de <https://www.cob.org.br/pt/cob/comite-olimpico-do-brasil/identidade-da-organizacao>

- Corrêa, A., Moraes e Silva, M., Mezzadri, F. M., & Cavichioli, F. R. (2014). Financiamento do esporte olímpico de verão brasileiro: Mapeamento inicial do programa Bolsa-Atleta (2005-2011). *Pensar a Prática*, 17, 1-15.
- De Bosscher, V., Bingham, J., Shibli, S., Bottenburg, M., & Knop, P. (2008). *The global sporting arms race: An international comparative study on Sports Policy factors Leading to International Sporting Success*. Oxford: Meyer & Meyer Sport, 176p.
- Dias, Y. R., Moraes e Silva, M., Figuerôa, K. M., Nunes, R. J. S., Rojo, J. R., & Mezzadri, F. M. (2016). O Judô no programa governamental Bolsa-Atleta: A distribuição espacial dos bolsistas (2011-2013). *Pensar a Prática*, 19, 118-129.
- DaCosta, L. P., & Miragaya, A. (2008). Estado da arte do conhecimento sobre legados de megaeventos esportivos no exterior e no Brasil. In L. P. DaCosta. et al. (Ed.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 33-45.
- Figuerôa, K. M., Sevegnani, P., Mezzadri, F. M., & Moraes e Silva, M. (2014). Planejamento, ações e financiamento para o esporte em tempos de megaeventos. *Motrivivência*, 26(42), 55-71.
- Green, M., & Oakley, B. (2001). *Elite, sport development systems and playing to win: Uniformity and diversity in international approaches leisure studies*, 20, 247-267.
- Green, M., & Houlihan, B. (2005). *Elite sport development: Policy learning and political priorities*. Oxford: Routledge.
- Hall, C. M. (2006). Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: The thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. In J. Horne, & W. Manzenreiter (Ed.). *Sports Mega-Events: Social scientific analyses of a global phenomenon. Special Issue: The Sociological Review Monograph Series*, 54(2), 59-70.
- Hoye, R., & Nicholson, M. (2009). Social capital and sport policies in Australia. *Public Management Review*, 11(4), 441-460.
- Madruga, D. (2008). Megaeventos esportivos como gestão de custos oportunidade. In L. DaCosta, D. Correa, E. Rizzuti, B. Villano, & A. Miragaya. *Legados de Megaeventos Esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte.
- Maoski, A. P. C. B. (2016). *A (des)articulação entre os entes federativos que promovem o esporte de rendimento no Brasil, no Paraná e em Curitiba*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, 446f.
- Mataruna, L. (2008). Percepção dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 por especialistas internacionais em estudos olímpicos. In L. DaCosta, D. Correa, E. Rizzuti, B. Villano, & A. Miragaya. *Legados de Megaeventos Esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte.
- Marchi, W., Jr. (2014) La sociología del deporte en Brasil y en Latinoamérica: Perspectivas analíticas del deporte. In *Congreso da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte*, 4. Bogotá, Colombia.

- Mazzei, L. C., Bastos, F. C., Ferreira, R. L., & Böhme, M. T. S. (2012). Centros de treinamento esportivo para o esporte de alto rendimento no Brasil: Um estudo preliminar. *Revista Mineira de Educação Física*, (1), 1575-1584.
- Mazzei, L. C., Bastos, F. C., Böhme, M. T. S., & De Bosscher, V. (2014). Política do esporte de alto rendimento no Brasil: Análise da estratégia de investimentos nas confederações olímpicas. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 14(2), 58-73.
- Meihy, J. (1994). Definindo história oral e memória. *Cadernos CERU*, n. 5, s. 2.
- Moraes e Silva, M., Mezzadri, F., Santos, N., Camargo, P. R., & Figuerôa, K. (2015). A configuração do ordenamento jurídico relativo ao financiamento do governo brasileiro ao esporte de rendimento: Uma análise a partir da teoria dos jogos de Norbert Elias. *Lúdica pedagógica*, (21), 77-89.
- Poynter, G. (2006). From Beijing to bow bells: Measuring the Olympics effect. *Working Papers in Urban Studies: London East Research Institute*.
- Raeder, S. (2007). *Jogos e cidades: Ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Raeder, S. (2008). Desenvolvimento urbano em sedes de megaeventos esportivos. In L. P. DaCosta et al. (Ed.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 201-210.
- Reis, R. E., Moraes e Silva, M., Figuerôa, K. M., Almeida, B. S., & Mezzadri, F. M. (2015). Dez anos do programa federal “Bolsa Atleta”: Uma descrição das modalidades paraolímpicas. *Pensar em Movimento*, 13, 1-18.
- Roche, M. (2000). *Mega-events and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture*. New York: Routledge.
- Santos, S. C., DaCosta, L. P., & Silva, C. H. V. (2012). Rio 2016 e o Plano Brasil Medalhas: Seremos uma potência olímpica? *Podium: Sport, Leisure and Tourism Review*, São Paulo, 1(1), 66-87.
- Souza, J., & Marchi, W., Jr. (2010). Os “legados” dos megaeventos esportivos no Brasil: Algumas notas e reflexões. *Motrivivência*, Ano XXII, (34), 245-255.
- Tavares, O. (2011). Megaeventos esportivos. *Movimento*, 17(03), 11-35.
- Villano, B., Silva, D. M. C., Rizzuti, E., & DaCosta, L. P. (2008). Seminário Legados de Megaeventos esportivos: Pontos de convergência. In L. P. DaCosta (Ed.). *Legados de Megaeventos Esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 47-50.